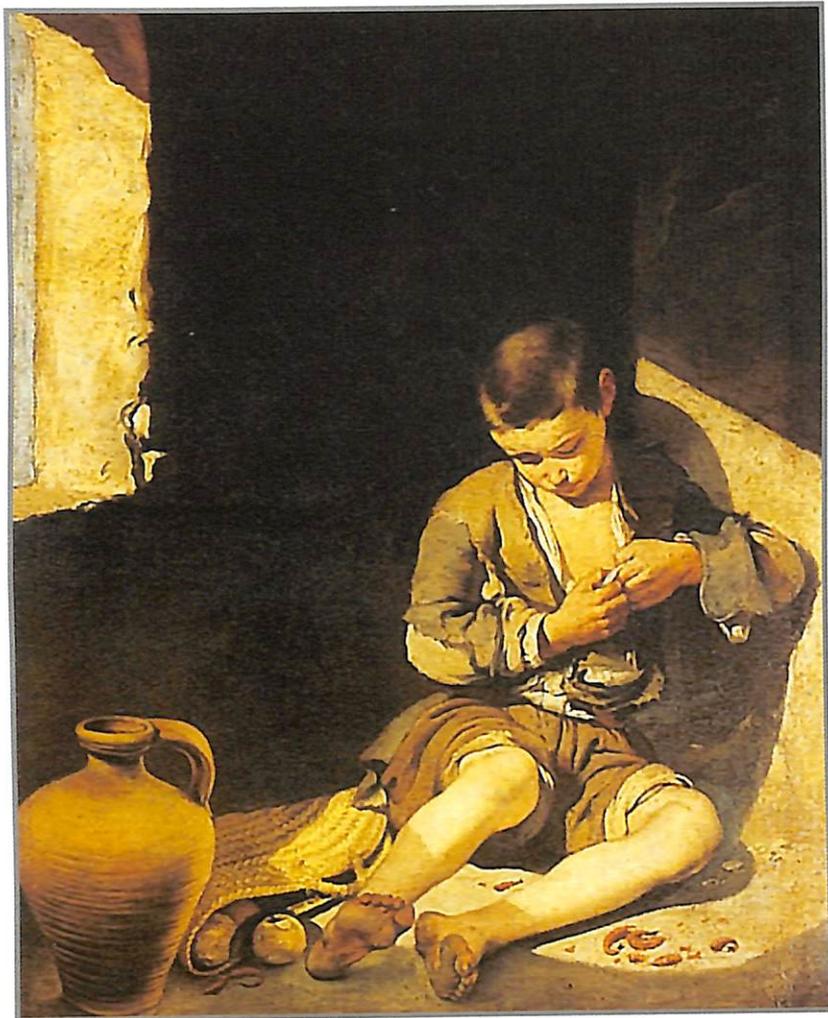


Jornal do Psicólogo

CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

ano 26 ■ número 94 ■ julho de 2009



Bartolomé Esteban Murillo (1618-1682). *The Young Beggar*, c. 1650.

No olho da rua!

População de rua reinventa o espaço privado nos locais públicos, cria novos modos de sociabilidade e remodela os conceitos de cidadania e inclusão.

ANTIPOFF E A PSICOLOGIA

O Fatos e Personagens deste JP reconta a vida e a obra de Helena Antipoff. • PÁG. 16.

A PSICOLOGIA NA COMUNICAÇÃO

CRP-MG faz parte da Comissão Mineira Pró-Conferência de Comunicação e discute a democratização da comunicação no Brasil. • PÁG. 10.

18 DE MAIO

Desafios e entraves para a Reforma Psiquiátrica. • PÁG. 07.

DESAFIOS PARA UMA PROFISSÃO

Não há dúvidas de que a Psicologia seja uma profissão; mas há enormes desafios no campo do trabalho. • PÁG. 11.



EDITORIAL

Por um poema sentido!

Michael Jackson morto, aos 50 anos, deixa uma obra e vida de arte, gênio, impacto e influência. Ícone da cultura pop, talvez o último (um dos poucos) crescia na música o que vivia na família, na infância, no crescimento em plena década de 70, cujas transformações, incluindo-se a escalada do astro, fizeram deste mito o ápice e declínio da cultura norte americana.

A originalidade de Michael, talvez assim resumamos sua importância, foi reunir talento, musicalidade, inventividade e estranheza. Claro que sua presença transformou o mundo da música, do vídeo, do clipe, dos Souvenirs. Onda soul, R & Blues, Pop agudo, deixa margens no tempo, marca a crítica em antes e depois de Thriller, de 1982, fusão da efervescente cultura dos 80, cheia de inovações, juntando música, imagem, difusão, entretenimento, indústria e tecnologia. Assim a dança de Michael, sua música e imagem, foram sendo cultuadas em escala planetária, representando o traço de distância que separa e mistura a vida com (da) arte.

O mito se transforma diante do seu público, e Jacko sofre no real a mudança da carne, da imagem e das formas. Tinha conteúdo em mutação, exibia o poder sobre o corpo, a mídia, a morte e a vida. Depois lembranças de infância, acusações de abuso e pedofilia, crimes perfeitos para encerrar um ícone.

Comprador de mitos, dos Beatles a Walt Disney, casa-se com a filha de Elvis, mora em "Neverland". Branco ou Negro, (a) recusa (d)a cor, da adultez e da sexualidade. Cantou na favela do Rio e no Pelourinho. Encerra-se o grande ato do Pop, a eternidade anuncia a cultura e o mote.

O horror associado ao astro, bem como a ironia por suas fragilidades, demonstra a redoma na qual se escondeu, "caiu" e sobreviveu. Como um Dorian Gray de hoje, desmentindo a idade, a cor e a imagem, lança-se absoluto do alto de seu castelo de miríades, imagens, sentidos e tragicidade.

Assim simplesmente anunciamos: Fica a lida na arte, no trabalho, na cultura, na história e na memória, nas lembranças e na vida!

7 A 8 DE AGOSTO SEMINÁRIO NACIONAL ESCUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E A REDE DE PROTEÇÃO

O evento será organizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia. As inscrições serão gratuitas. Rio de Janeiro / RJ.

Mais informações no telefone: (61) 2109-0100, ou e-mail: nappg2@pol.org.br.

14 A 28 DE AGOSTO SEMINÁRIO: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS HOJE - DESAFIOS TERAPÊUTICOS PARA QUEM TRATA OS PAIS

Durante 3 dias, 14, 21 e 28 de agosto, das 14h às 17h, carga horária de 9h.

Valor: 2 x R\$180,00 • alunos do CEP: R\$ 150,00
Informações e inscrições pelos telefones:
(11) 3864-2330 / 3865-0017 ou
www.centropsicanalise.com.br

27 A 29 DE AGOSTO 1º SIMPÓSIO MINEIRO DE PSICOLOGIA NO SUAS: SABERES E PRÁTICAS

Promover a discussão sobre os saberes e práticas da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social, visando criar referências para a prática e a formação profissional. O evento será parte do IV Psicologia nas Gerais. Mais informações <http://www.crpmg.org.br>

17 A 20 DE SETEMBRO 14º CONGRESSO LATINO AMERICANO DE RORSCHACH

E OUTRAS TÉCNICAS PROJETIVAS

Organizado pela Associação Goiana de Rorschach, em Goiânia / GO.

Local: Oliveira's Place - Goiânia / Goiás Brasil

Mais informações: (62) 3242-1366 ou 3941-8307 • dimens@terra.com.br
www.congressororschach2009.com.br

4 A 7 DE SETEMBRO VII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA HOSPITALAR

Evento bianual promovido pela Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), na PUC Rio, terá sua sétima edição realizada no Rio de Janeiro. A expectativa é que compareçam aproximadamente 1200 congressistas de todo o país.

Mais informações: (31) 3224-6154
sbph@sbph.org.br
<http://www.congressosbph.com.br>

11 E 12 DE SETEMBRO I CONGRESSO MINEIRO DE PSICOLOGIA FENOMENOLÓ- GICO EXISTENCIAL

Realizado pela Fundação Guimarães Rosa (FGR) e pelo Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro (IFEN), o evento tem como tema central a 'Psicologia Clínica e Filosofia'. Suas principais propostas são a troca de conhecimentos e a valorização das relações interpessoais e ações do cotidiano.

Mais informações: (31) 3263-1600
juliana@fgr.org.br
<http://www.fgr.org.br>

AGENDA

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE

R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138.6767
E-mail: crp04@crp04.org.br
www.crpmg.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Região Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul de Minas • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte de Minas • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720

Leste de Minas • Governador
Valadares
Telefone: (33) 3225.0475

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de
Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

Conselheiro-presidente:
Rogério de Oliveira Silva
Conselheiro vice-presidente:
Rodrigo Tórres Oliveira
Conselheiro-tesoureiro:
Alexandre Rocha Araújo
Conselheira-secretária:
Georgina Maria Veras Motta

Conselheiros:

Adilson Rodrigues Coelho
Ana Clarice Augusto
Ana Paula Reis
Ângela Maria Guimarães Oliveira
Anselmo Duarte
Clerison Stelvio Garcia
Diana Ferreira
Dinacarla Gonzaga Piermartei
Elaine Maria do Carmo Zanolla
Fuad Kyrillos Neto
Hélcia Maria da Silva Veriato
Isabela Tannus Grama
Jacjara Siqueira Coelho
João Carlos Vale
Julliana de Paula Medeiros

Keila Pires Amaro

Lourdes Aparecida Machado
Marcelo Arinos Drummond Junior
Márcia Mercedes Merry Brito
Rejane Silveira Mendes
Rodrigo Dubtchek Figueiredo
Sebastião Carlos Generoso
Simone Monteiro Ribeiro
Walkyria Sales

Edição Gráfica:

Gíria Design e Comunicação
Telefax: (31) 3222.1829
contato@giria.com.br

Jornalista Responsável:
Gustavo Machala • MG 11780
ascom1@crp04.org.br

Redação:
Gustavo Machala • MG 11780 JP
ascom1@crp04.org.br

Relações Públicas:
Nathalia Monteiro • CRPRP 3º
Região - 2154

Estagiários:

Lucas Morais (Jornalismo)
Amanda Cerqueira (Relações
Públicas)
comunica2@crp04.org.br
Tiragem: 22 mil exemplares

SEU CONSELHO

SEMINÁRIO EM BRASÍLIA FECHA ANO DA EDUCAÇÃO

Psicólogos de todo o país estiveram reunidos no "Seminário Nacional Ano da Educação", que ocorreu entre os dias 24 e 26 de maio de 2009, em Brasília. O seminário teve como objetivos sistematizar e aprofundar as discussões e ações coletivas realizadas em todo o País desde 2008 e procurou ser um espaço de construção de referências técnicas e políticas para a atuação do psicólogo na área da educação. A política educacional brasileira esteve sob análise de psicólogos de todas as regiões do País, reunidos com o intuito de compreender a complexidade do sistema educacional vigente, evidenciando os principais problemas enfrentados nessa esfera e os papéis que a Psicologia pode exercer nessa temática.

Foram quatro os eixos que fundamentaram as discussões realizadas em cada um dos Conselhos Regionais e no seminário em Brasília:

- "Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação inclusiva"
- "Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática"
- "Psicologia e Instituições Escolares e Educacionais"
- "Psicologia no Ensino Médio"

No primeiro eixo, o Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais apontou para a necessidade de mais investimentos na área da educação, principalmente na formação e atuação profissional dos psicólogos, e de ampliação do conceito de inclusão, para além da idéia de deficiência.

No segundo eixo, a discussão proposta pelo CRP-MG foi pautada pelo problema da dualidade de concepções, causada pela divisão entre setores públicos e privados na educação, o que acabou por caracterizar a educação como mercadoria. Neste eixo, foram deliberados encaminhamentos práticos, como a participação dos psicólogos no processo de construção da Conferência Estadual de Educação e a participação de representantes da categoria em movimentos sociais que envolvam a Educação.

No terceiro eixo, O CRP-MG dialogou quanto à presença ou não do psicólogo dentro e fora do espaço Institucional Escolar e debateu sobre quais atividades devem ser desempenhadas por este profissional no meio educacional. Foi apontada, também, a necessidade da construção de documentos legais que regulamentem a atuação da categoria neste campo.

O CRP-MG, através de sua representação no evento, demonstrou-se reticente com relação à proposta do quarto eixo – "Psicologia no Ensino Médio". Entretanto, sugeriu que essa inserção se dê de forma a garantir um espaço de conversação com os adolescentes sobre assuntos de seu interesse, uma vez que entende que a juventude brasileira tem sido calada e anulada em sua subjetividade e participação cidadã. O CRP-MG acredita que a discussão deva ser ampliada no contexto do Sistema Conselhos bem como com o setor a quem se dirige a proposta - a Educação.

CRP-MG INICIA PESQUISA SOBRE RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Idealizada pelo GT de Relações e Condições de trabalho, a pesquisa do CRP-MG abordará, nos próximos quatro meses, cerca de dois mil psicólogos escolhidos através de amostra aleatória estratificada por região de Minas Gerais. As perguntas versarão sobre a atividade profissional e as condições e relações de trabalho dos psicólogos, sendo mantido o sigilo dos entrevistados. A pesquisa - relacionada com os objetivos do XII Plenário do CRP-MG de valorizar a profissão - será feita em parceria com a Fundacentro (fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego voltada para pesquisas em segurança e medicina do trabalho) e universidades de Psicologia de Minas. Se você, psicólogo, for abordado por um entrevistador, por favor, colabore!

PARTICIPE DO IV PSICOLOGIA NAS GERAIS!

O CRP-MG realizará, no período de 27 a 29 de agosto, o "IV Psicologia nas Gerais: Ciência, Trabalho, e Sociedade", que será realizado em todo o estado. O evento dá continuidade ao projeto do CRP-MG de contribuir para a formação e valorização da Psicologia e dos psicólogos de Minas Gerais. O evento terá como temática "Trabalho, Ciência e Sociedade", eixos importantes para a transformação da sociedade. O evento terá, também, em sua programação, atividades como mesas, oficinas, apresentações culturais, exposições e mobilizações. Mais informações em nosso site, www.crpmg.org.br.

COF

REGISTRO DOCUMENTAL DECORRENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS

No último dia 30 de março o Conselho Federal de Psicologia (CFP) deliberou acerca da obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, através da resolução número 001/2009.

A resolução torna obrigatório o registro documental de todas as atividades exercidas pelo psicólogo nos diversos campos de trabalho. Vale lembrar que esse registro deve seguir as diretrizes do código de ética, atentando para o cuidado com o sigilo e com a forma de registro dessas informações.

A resolução veio preencher uma lacuna na legislação sobre uma importante prática do psicólogo: o registro das informações decorrentes da assistência prestada, a descrição e a evolução dos processos e os procedimentos técnico-científicos adotados no exercício profissional. Tais dados são valiosos não somente para o psicólogo, mas também para o usuário e a sociedade. Esta escrita é instrumento importante à própria profissão, na medida em que orienta as conduções e posicionamentos dos psicólogos, assim como produz subsídios à pesquisa e ao ensino. É instrumento de defesa de um saber.

Para acessar a resolução na íntegra ou obter outros esclarecimentos, acesse os sites: www.pol.org.br e www.crpmg.org.br; ou ainda, entre em contato com o Setor de Orientação e Fiscalização deste CRPMG.

I SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA NAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Nos dias 17, 18 e 19 de setembro, ocorrerá o "I Seminário de Psicologia nas Emergências e Desastres: Saber emergente ou emergência de saber", no Auditório da Escola Superior Dom Helder Câmara. Acompanhe as informações no site do CRP-MG!



OPINIÃO

Por que as mulheres lutam na atualidade

Bernadete Esperança Monteiro • Marcha Mundial das Mulheres

Vivemos em uma sociedade onde as mulheres são consideradas inferiores aos homens. Essa afirmação pode parecer ultrapassada, pois houve mudanças nos costumes. Existe mais presença das mulheres na vida pública, no mercado de trabalho e, aparentemente, isso já teria sido superado, mas o que vemos são novas configurações dessa forma de opressão.

O mercado de trabalho utiliza dessa condição das mulheres para colocá-las em postos mais precários, sem direitos, com salários reduzidos, além de utilizar o trabalho não-pago (trabalho doméstico, por exemplo) como fator de ajuste dos gastos com a força de trabalho, favorecendo o lucro das empresas.

O trabalho doméstico e o cuidado com os filhos ainda são vistos co-

mo uma obrigação das mulheres, o que significa para aquelas que trabalham fora um aumento em média de mais 26 horas de trabalho semanais.

Para garantir que as mulheres continuem nesse lugar, o instrumento utilizado seja pelos homens, pelo Estado, pela igreja ou pela mídia é a violência contra mulher e, aqui, o conceito de violência envolve desde a física (espancamentos, revistas vexatórias, estupro) até a utilização de nossos corpos como mercadorias na publicidade, na prostituição e, também, na imposição de padrões de beleza e negação do direito das mulheres decidirem se querem ou não ser mães.

É pelo rompimento com essa lógica da opressão capitalista e patriarcal que seguiremos em LUTA até que todas nós sejamos LIVRES!

CARTAS À REDAÇÃO

Gostaria de dizer que concordo com as duas psicólogas que escreveram para o *Jornal do Psicólogo* na última edição. O jornal deveria ser lido apenas na internet, que é uma forma de protegermos o meio ambiente.

Sobre isso ainda gostaria de dizer que não sei se é normal mas sempre, sempre recebi o jornal muito atrasado. Moro em Itaúna - MG.

Quanto ao comentário da psicóloga Eunice M. S. E., concordo com ela. Pagamos uma taxa absurda ao CRP e não vejo nada a não ser meu jornal atrasado que nem leio; contribuindo ainda para o desmate de alguma árvore.

*Jaqueline / Psicóloga
Itaúna*

RESPOSTA DA REDAÇÃO:

Cara Jaqueline,

O fato de o *Jornal do Psicólogo* estar disponível na internet e também possuir uma versão impressa deve-se à intenção do CRP-MG de atingir a maior parte da categoria. Nem todos os psicólogos tem acesso direto à internet e nem todos gostam de ler na internet. Assim, para atendermos à categoria (e outros públicos) mantemos a versão impressa. Quanto ao atraso da última edição, deve-se ao fato de que a gráfica que fora licitada pelo CRP-MG para realizar todo o seu serviço gráfico (livros, cartilhas, cartazes, JP, etc.) saiu do mercado devido à crise econômica. Quanto aos projetos realizados por este Conselho, um resumo de toda a atividade nos últimos dois anos encontra-se disponível no sítio do CRP-MG (www.crpmg.org.br) e também na carta anexa a esse JP94, que introduz o Guia Para o Exercício Profissional.

ÉTICA

O CRP-MG esteve presente na Reunião Nacional das Comissões de Ética realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em Brasília.

Nessa oportunidade, revisitou-se todo o contexto da modificação do Código de Ética de nossa profissão, que a partir do ano de 2005 passou a ser mais reflexivo e menos prescritivo.

Discutiu-se ainda, junto com todos os presidentes de Comissões de Ética e presidentes de Conselhos Regionais do Brasil, que o teor das denúncias recebidas via Comissões de Ética apontam para áreas de vulnerabilidade da atuação dos psicólogos e que isto, em última instância, pode funcionar como um bom indicador de políticas que podem ser desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Constatou-se que, como em Minas Gerais, a maior parte das denúncias recebidas no Brasil refere-se à produção de documentos feita pelos psicólogos. Tal constatação levou à consideração de que a resolução 007/03, que instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos Produzidos pelo Psicólogo precisa ser melhor divulgada e discutida com a categoria.

O Código de Processo Disciplinar, que norteia o acompanhamento dos processos éticos encaminhados aos Conselhos Regionais, foi discutido ponto a ponto e as principais dúvidas sobre o mesmo, por parte dos representantes das Comissões de Ética de todos os Conselhos Regionais foram dirimidas.

A participação da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais nessa Reunião Nacional trouxe ricas contribuições para a análise e condução das denúncias e processos éticos no Estado de Minas Gerais.

CFP inicia "Ano da(s) Psicoterapia(s)"

O objetivo é refletir sobre a prática psicoterápica no âmbito da Psicologia.

Com a finalidade de promover uma profunda reflexão e discussão junto à categoria dos Psicólogos, o Sistema Conselhos de Psicologia elegeu o ano de 2009 como o "Ano da(s) Psicoterapia(s)". Para balizar a discussão, estabeleceram-se três eixos temáticos, que orientarão as discussões nos Estados e no Seminário Nacional que será realizado em Brasília, em outubro deste ano. Como forma de fomentar a discussão, o Conselho Federal de Psicologia elaborou uma cartilha com textos geradores elaborados por profissionais com renomeado saber nesse campo de atuação. Atualmente, no âmbito das políticas públicas, a Psicoterapia é realizada apenas por médicos e psicólogos, mas, fora desse campo, ela é uma prática aberta às mais diversas profissões.

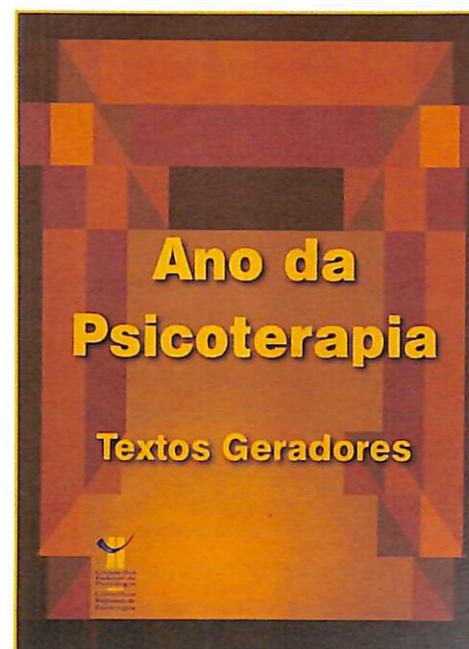
O Eixo I - "A constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar" - leva em consideração as possíveis implicações de se tratar a Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática; considera a Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade da Psicoterapia e as limitações das reivindicações de exclusividade por parte dos psicólogos da prática da Psicoterapia. O texto-base "*Psicoterapias: elementos para uma reflexão filosófica*", elaborado por Carlos Roberto Drawin, que subsidia esta discussão, problematiza a Psicoterapia enquanto ciência e trata sobre a Psicologia Clínica e sua relação com a Ciência e a Ética.

No Eixo II - "Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o e-

xercício da Psicoterapia pelos psicólogos" - o texto-base, escrito por Mônica Lima e Eliana Viana, trata da *Formação em Psicologia e Psicoterapias*, apresentando algumas questões para a reflexão como a maneira como se dá formação dos psicólogos para o desempenho da Psicoterapia levando em consideração, por exemplo, os efeitos da expansão da oferta de trabalho em serviços públicos, alcançando, cada vez mais, uma parcela da população brasileira que não tinha acesso à Psicoterapia anteriormente. O texto aborda a historicidade destas questões, buscando respondê-las de forma objetiva.

O Eixo III trata das discussões sobre a relação da Psicoterapia com os demais grupos profissionais, abordando estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos hoje existentes. Neste eixo, discute-se, também, a relação do Sistema Conselhos com a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) e outras entidades. O texto-base, "*Por uma política de parcerias estratégicas interprofissionais para o campo das psicoterapias no Brasil*", de Henrique J. Leal F. Rodrigues, aponta para a necessidade urgente de se ampliar a discussão sobre a Psicoterapia, criando-se um amplo debate em torno da regulação no campo, traçando paralelos da realidade desta prática no Brasil com outros países.

O Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG) reconhece que o conjunto das psicoterapias é uma prática social, não cabendo exclusividade aos psicólogos. No entanto, como aponta o conselheiro vice-presidente, Rodrigo Torres Oliveira, "o CRP-MG reconhece, também, que o psi-



Crédito: Arquivo CRP-MG

Cartilha do CFP com textos geradores para a discussão sobre a Psicoterapia

cológo, por sua formação, é o profissional que está mais apto para isso". Rodrigo aponta, também, que o CRP-MG é favorável à proposta que considera a Psicoterapia como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática. "Defender a Psicoterapia como uma disciplina científica é temerário, pois desconsidera a Psicologia Clínica, que é, de fato, uma disciplina científica", afirma o vice-presidente. O CRP-MG também é contrário às formulações que vislumbram o surgimento de uma profissão específica para lidar com a Psicoterapia.

De acordo com as resoluções do CFP que tratam do tema, as práticas psicoterápicas exercidas pelos psicólogos devem ser somente aquelas já reconhecidas pela Autarquia. O psicólogo que for denunciado pelo exercício de prática psicoterápica não reconhecida é passível de sanção por parte da Comissão de Ética do CRP-MG.

CRP-MG realizará I Congresso de Psicologia Jurídica

Entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro ocorrerá, na Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, o "I Congresso de Psicologia Jurídica - uma interface com o Direito", que contará com quatro eixos de discussão. São eles:

- Execução Penal e Sistema Prisional
- Varas de Família e Conciliação
- Infância e Adolescência
- Saúde Mental

A Conferência de abertura contará com a presença de Joel Birman, médico e Doutor em Filosofia, que tratará da "Criminalidade, anormalidade e os saberes do psíquico". A abertura será no dia 30 de setembro, às 19h, na Escola de Ensino Superior Dom Helder Câmara.

O I Congresso de Psicologia Jurídica é uma etapa regional do "Seminário Nacional de Psicologia na Interface com a Justiça", que será realizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia no final deste ano de 2009.

INSCRIÇÕES

As inscrições podem ser feitas pelo site do CRP-MG (www.crpmg.org.br).

Até o dia 3 de setembro, profissionais pagam R\$40,00 e estudantes R\$20,00. A partir de 4 de setembro, profissionais pagam R\$60,00 e estudantes R\$30,00.

A ficha de inscrição deve ser preenchida e enviada junto com o comprovante de depósito para o fax nº (31) 2138-6763,

ou para o correio eletrônico psicologiajuridica@crp04.org.br.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Dentro da programação do 1º Congresso de Psicologia Jurídica haverá apresentação de trabalhos que se enquadrem nos quatro eixos norteadores do Congresso. Os autores que desejarem enviar trabalhos devem ter sua inscrição confirmada no evento mediante pagamento do boleto de inscrição. As instruções para envio de trabalho estão disponíveis no site do CRP-MG. Qualquer dúvida, basta contactar pelo correio eletrônico no comissoes@crp04.org.br.



FORMAÇÃO

Título de Especialista divide opiniões

Resolução regulamenta o registro de especialistas, mas levanta críticas quanto a estratégias contra a precarização do trabalho do psicólogo.

Iniciando-se em 2000, uma série de resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) - consolidadas na Resolução CFP nº 013/2007 - regulamentam os procedimentos para o registro do Título Profissional de Especialista. O Título é concedido pelo CFP, por meio dos Conselhos Regionais, aos profissionais regularmente inscritos há mais de dois anos, e no pleno gozo de seus direitos, que cumpriram um dos seguintes requisitos:

- ter diploma de conclusão de curso de especialização conferido por instituições de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e que estejam credenciadas ao CFP;
- ter sido aprovado no exame teórico e prático, promovido pelo CFP, e comprovar prática profissional na área por mais de dois anos;
- ou ter diploma/certificado de curso de especialização conferido por pessoa jurídica habilitada para essa finalidade que esteja credenciada ao CFP

"Este é um título de experiência prática. Não tem nada a ver com um título acadêmico", explica Andrea Nascimento, conselheira do CFP. De fato, quando a Resolução 013/2007 explicita as características dos cursos de especialização que podem ser feitos para obter o título, exige-se carga horária prática de no mínimo de 30% da carga horária referente à concentração específica da especialidade.

O questionamento, no entanto, é feito justamente a essa preponderância da prática: "A prática antecede a competência?", pergunta-se Fuad Kyrillos, doutor em Psicologia e conselheiro do CRP-MG. "Nesse título nós temos uma grande inversão de valores. Eu acho que ao invés, mais uma vez, de o CFP e o Sistema Conselhos discutirem a precarização do trabalho, nós vamos arrumando arremedos para que os psicólogos entrem no mercado menos precarizados", sinaliza. Na perspectiva de Fuad, a essência do

título é anexar valores para que o psicólogo possa se valorizar no mercado.

"O que que é comum nós encontramos", enfatiza Fuad, "é o psicólogo trabalhando numa condição precarizada, com uma remuneração extremamente baixa. Assim, apela-se para o título de especialista como uma forma de se melhorar a remuneração e de se fazer mais competitivo num mercado de trabalho no qual os psicólogos têm sido cada vez mais rechaçados".

A conselheira do CFP afirma que o título oferecido pelo Sistema é para que as pessoas se qualifiquem. "O título é uma forma de poder valorizar o profissional. Ele recebe uma chancela da classe dele", diz.

Atualmente, existem 11 especializações regulamentadas. Em Minas Gerais, cerca de dois mil e quinhentos psicólogos possuem título de especialista

concedido pelo Sistema Conselhos. A especialização em Psicologia Clínica é a que agrupa o maior número de profissionais: São 1.627 no Estado. (Confira o quadro das especializações em Minas)

Especialista em Psicologia do Trabalho e Organizacional, a psicóloga Iramar Clever de Souza acha fundamental que os psicólogos façam uma especialização. "O mercado está exigindo uma maior qualificação de nós psicólogos. O Título é um caminho, pois com a especialização abrem-se possibilidades acadêmicas e, também, na atuação técnica", diz. Iramar fez duas especializações, tem dois títulos concedidos pelo CRP-MG, cursa mestrado em Psicologia Social e dá aulas no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. "Para mim, os títulos foram muito positivos, principalmente para a carreira de docência."

ENTRETENIMENTO

18 de maio: Dia da Luta Antimanicomial



COMPROMISSO SOCIAL

Desfile do 18 de maio ocupa avenidas da capital mineira

Mais de duas mil pessoas comemoraram, dia 18 de maio, o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte. Iniciando-se na Praça Sete, o desfile foi embaçado pelo samba-enredo "(Re)existir é viver" e contou com a participação de usuários, familiares, psicólogos e outros profissionais da saúde. Diversos movimentos sociais também participaram do ato, somando-se às seis alas que compuseram o desfile.

Para o psicólogo e professor universitário, Jacques Akerman, a mobilização do 18 de maio reflete uma mudança significativa de visão da sociedade em relação ao tratamento das pessoas com sofrimento mental. Essa mudança iniciou-se na década de 80 e convergiu para a publicação da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre os direitos e a proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental no Brasil. Na década de 90, com a publicação da Portaria/SNAS Nº 224, de 29 de janeiro de 1992, foram criados os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e os NAPS (Núcleos de Assistência Psicossocial), que visam a ser uma alternativa radical aos manicômios e aos hospitais psiquiátricos, instituindo-se um novo modelo para a saúde mental no País.

REMÉDIOS NÃO SÃO SOLUÇÃO; LIBERDADE, SIM.

Questionado sobre as dificuldades enfrentadas a partir das mudanças iniciadas na década passada, o professor Akerman defendeu a melhoria das condições de trabalho dos psicólogos e apontou para a luta política existente entre os interesses empresariais da indústria farmacêutica e um amplo setor da Saúde, pois, para ele, "há uma biologização dos problemas, como se o paciente pudesse resolve-los somente com remédios". O professor afirmou também que há a necessidade de uma reavaliação da forma como se lida com pacientes que precisam de tratamento mais intenso. "Minas Gerais é um Estado que está sendo exemplar nesse sentido, mas ainda há muito a ser trabalhado", destacou.

Sílvia Maria, psicóloga, usuária dos serviços de Saúde Mental e 1ª tesoureira da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais, aponta na direção de mais participação social: "O que eu acho que potencializaria mais a Reforma Psiquiátrica seria a atuação militante de técnicos e usuários, um conhecimento maior dos princípios e funcionamento da rede para reinventarmos uma assistên-

cia que prescindia do hospital psiquiátrico".

O DESLIZE DO POETA

Reconhecido amplamente por sua poesia forte e pelas palavras afiadas, Ferreira Goulart, recentemente, fez uso de sua escrita para criticar, em sua coluna na Folha de São Paulo, a Reforma Psiquiátrica no Brasil. "Esse tipo de campanha é uma forma de demagogia, como outra qualquer: funda-se em dados falsos ou falsificados e muitas vezes no desconhecimento do problema que dizem tentar resolver", vociferou.

Esbanjando certo conhecimento em psicofarmacologia, Ferreira Goulart completou: "Os remédios neurolépticos não apresentam qualquer inconveniente e, aplicados na dosagem certa, possibilitam ao doente manter-se em estado normal. Graças a essa medicação, as clínicas psiquiátricas perderam o caráter carcerário para se tornarem semelhantes a clínicas de repouso."

A resposta ao poeta, entretanto, foi rápida e incisiva. "Cada palavra [utilizada pelo poeta] é cuidadosamente escolhida para ferir; a difamação é dirigida, sem restrição, ao conjunto dos autores e atores sociais do movimento da luta anti-manicomial", afirmou em um texto-resposta o psiquiatra e professor associado do Departamento de Psicologia da FAFICH-UFMG, Antonio M. R. Teixeira.

Para o psiquiatra Políbio de Campos, membro da Coordenação de Saúde Mental da Prefeitura de Belo Horizonte, Ferreira Goulart escreveu uma série de equívocos e foi infeliz em suas colocações. "Nossa reforma é exuberante. Seu embasamento legal está bastante firme. Hoje, são mais de 1300 CAPS no Brasil; É preciso haver reforma social, inclusão, assim como aconteceu

com reformas de outros países, que já estão mais maduras."

Políbio acredita que o corpo de psiquiatras ativos no Brasil está muito atrasado. "Eles não suportam", diz ele, "que outros profissionais estejam numa posição de igualdade com os psiquiatras. Até admitem que haja outros profissionais, mas apenas como meros auxiliares [da medicina]. Alguns psiquiatras não suportam isto: os usuários nas ruas". No entanto, o psiquiatra acredita que muitos avanços ainda são necessários, como a implementação de CAPS 24 horas.

A REFORMA PSIQUIÁTRICA EM MINAS GERAIS

Em Minas Gerais a Reforma Psiquiátrica obteve avanços substanciais nestes últimos anos, como a redução de 40% das internações psiquiátricas, o funcionamento da Rede dos Serviços de Saúde Mental, gestão democrática dos serviços substitutivos e coordenações, articulação intersetorial com vários atores do âmbito governamental, não-governamental e movimentos sociais, realização de seminários, encontros e fóruns.

Atualmente a Rede de Saúde Mental de Minas Gerais conta com 132 CAPS, 71 Serviços Residenciais Terapêuticos, 74 municípios habilitados no Programa De Volta para Casa, 511 beneficiários de bolsas no valor de R\$ 320,00, 300 equipes de saúde mental na Atenção Primária, 26 projetos de Geração de Renda em 16 municípios, 20 Centros de Convivência, 20 Associações de Usuários e Familiares, 18 Hospitais Psiquiátricos, sendo 3 públicos e demais conveniados, 2.500 leitos, sendo que 1.500 são de longa permanência e, também, aproximadamente 200 mil pessoas em tratamento nos CAPS.



Com diversão, alegria e política, movimentos sociais, usuários e profissionais da saúde desfilaram pelas ruas de Belo Horizonte.



ESPECIAL

No olho da rua!

População de rua reinventa o espaço privado nos locais públicos e remodela os conceitos de cidadania e inclusão.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: *Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.*

J. enrolava seu cigarro em uma folha de papel comum. O cigarro era cumprido e grosso, preparado com fumo comum, marrom claro. Seus 12 anos eram inegáveis. Convidado para uma partida de ping-pong - que jogamos na sede do Projeto Miguilim - J., que já fumava seu grosso cigarro, apagou-o na beirada da mesa e brincou tal qual um garoto de sua idade. "Há quanto tempo você vive na rua?", "Já não sei mais", respondeu-me timidamente. J. saiu de casa por causa da irmã que lhe batia; consegue dinheiro olhando carro e passa o dia no Projeto, onde pode tomar banho, assistir filme, brincar de música e de pintura. "E à noite?", "Durmo com mais uns quatro amigos aqui atrás do Projeto".

Apenas 39,7% da população de rua, de acordo com o 2º Censo da População de Rua, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 2006, dorme em instituições públicas, isto é, albergues, abrigos e serviços. Mais da metade passa a noite em ruas, avenidas, praças e baixios de viadutos. Aproximadamente 11% são menores de 18 anos. Mais de 85% dos adultos que compõem essa população são homens. Quase 40% dos entrevistados pelo Censo estão na rua há mais de cinco anos e 44% nunca teve casa em Belo Horizonte antes de ir pra rua.

Segundo a socióloga Wânia Maria de Araújo, professora da UEMG com experiência em Antropologia Urbana, a falta de moradia é apenas um dos elementos que colaboram para que as pessoas vivam na rua. "As motivações são as mais

diversas. Existem os fenômenos clássicos migratórios (vinda de outro estado ou cidade), os processos de perda sucessiva (casa e família), problemas familiares, entre outros", enumera.

CASA: *Construção que serve de moradia. Domicílio; residência.*

"Com certeza eu preferiria morar em uma casa. Já fiz entrevista para o bolsa moradia mas não consegui", conta Moacir Vieira, um dos mais de mil moradores de rua de Belo Horizonte de acordo com a apuração do 2º Censo da Popu-

lação de Rua. "Na rua é um sistema, é uma coisa eu não vou falar nojenta, porque eu estou nela. Mas é crítico. [...] Eu estou tentando... e é o que acontece com todo mundo, você tenta se manter vivo", revela o morador I., em uma das entrevistas da pesquisa qualitativa do 2º Censo.

conotações muito mais sutis quando se toma como seu oposto a rua. "Quando digo então que 'casa' e 'rua' são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas", explica com cuidado



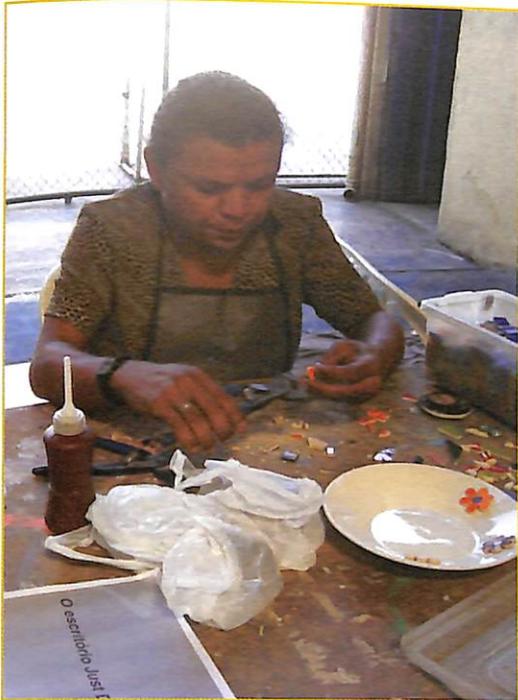
Em oficina de artes, morador de rua trabalha com livros da biblioteca do Centro de Referência 'Portão Azul'.

lação de Rua. "Na rua é um sistema, é uma coisa eu não vou falar nojenta, porque eu estou nela. Mas é crítico. [...] Eu estou tentando... e é o que acontece com todo mundo, você tenta se manter vivo", revela o morador I., em uma das entrevistas da pesquisa qualitativa do 2º Censo.

Espaço consagrado do ambiente privado e da intimidade, a casa adquire

metodológico o sociólogo Roberto DaMatta em seu livro "A Casa & A Rua".

Mas como é possível viver na rua? Como fazer de moradia esse espaço inóspito? Para a professora da UEMG, Wânia Maria de Araújo, a relação casa/rua, privado/público, não é estática, havendo um constante inter-relacionamento entre esses elementos. "A casa na rua pode ser um resultado dessa inter-relação, desse



O artesanato é uma das formas de obtenção de renda da população em situação de rua.

rearranjo que essas pessoas [população de rua] conseguem fazer", diz. Nas palavras de DaMatta: "Não posso transformar a casa na rua e nem a rua na casa impunemente". Viver na rua é, com certeza, um desafio.

Mas qual o maior desejo dessas pessoas? De acordo com o 2º Censo, 35,7% deles querem ter moradia e 28,1% querem ter um trabalho ou emprego. "Desejo de trabalho e da moradia são constantes, mas é difícil consegui-los, não só por razões objetivas, mas também por subjetivas. É difícil resgatar laços ou mesmo criar novos. É um processo de repensar, de se olhar como sujeito, na sua integralidade, até que eles possam se haver com esse desejo de casa e moradia. Não adianta só dar a casa; eles voltam, pois já criaram laços fortes com a rua", explica Jadir de Assis, coordenador social do Centro de Referência para a População de Rua. Jadir trabalha no Centro desde sua fundação, em 1996, pelo orçamento participativo. No Centro, que recebe cerca de 130 pessoas por dia, tudo funciona de forma coletiva: organização, arrumação, lavagem dos banheiros, oficinas. "Foi preciso construir uma metodologia de trabalho. Nosso trabalho é feito para provocar inclusão, para acabar com o senso comum de que morador de rua é malandro, é ladrão. Queremos que

eles percebam suas potencialidades", conta Jadir.

REFERÊNCIA NACIONAL

Belo Horizonte é uma cidade avançada na construção de políticas públicas de atenção à população em situação de rua, sendo considerada uma referência nacional no tema. A PBH possui uma equipe de mais de 70 técnicos para atuar nessa área. Os profissionais atuam de forma descentralizada e ficam sob a coordenação das Regionais.

No início da década de 90, foram criados os primeiros equipamentos públicos para atingir essa população. A República Reviver, primeira república para a população de rua, foi construída com recursos alocados pelo Orçamento Participativo em 1994 e funciona através de uma parceria entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Pastoral de Rua.

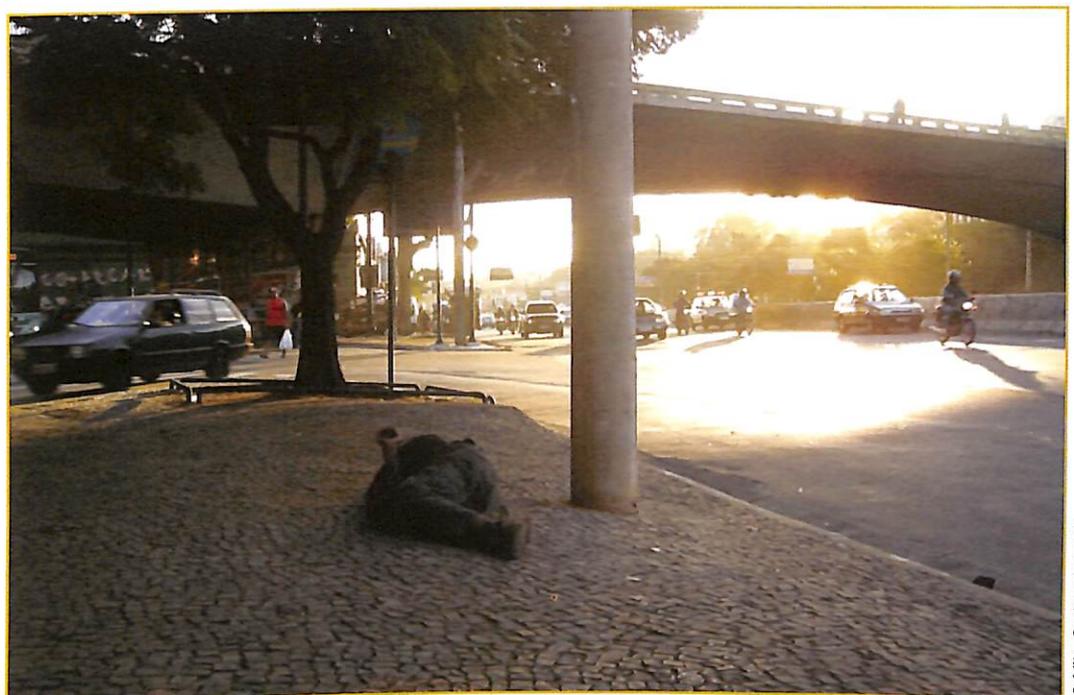
São outros exemplos de serviços o Projeto Miguilim, para crianças e adolescentes; os albergues - existem dois em Belo Horizonte, atendendo cerca de 600 pessoas -, onde é possível passar a noite; o bolsa moradia, que ajuda famílias e usuários a alugarem uma casa e o Centro de Referência - também criado pelo Orçamento Participativo - que dá acesso a computadores, livros, filmes e disponibiliza armários e local para lavagem de

roupas, além de possibilitar aos usuários o fornecimento de um endereço para correspondência e abertura de conta em banco. "Esses equipamentos", na opinião da professora Wânia, "são fundamentais para que a população de rua possa ter o mínimo de resgate da cidadania".

PROJETO MIGUILIM

Escutando e acolhendo crianças e adolescentes em situação de rua na capital, o Projeto Miguilim, em funcionamento desde 1993, atende cerca de 30 jovens diariamente. O programa, coordenado pela Secretaria-Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte e com sede na avenida dos Andradas próximo ao Viaduto Floresta, conta com o trabalho interdisciplinar de psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, músicos e assistentes sociais. O Projeto oferece, além de banho e alimentação, atividades culturais e de lazer.

O Programa Miguilim trabalha no sentido da reestruturação familiar, atendendo inclusive às famílias dos jovens. Trinta abrigos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte dão suporte ao projeto e há a parceria com diversas ONGs e organizações. Para os jovens com problemas criminais, há a possibilidade da prestação de assistência nos casos em que a Justiça determina a liberdade assistida.



Apesar de a prefeitura de BH disponibilizar abrigos e repúblicas, a rua ainda é onde dormem muitas pessoas na capital.

1ª Conferência Nacional de Comunicação contará com a contribuição da Psicologia

Sistema Conselhos de Psicologia participa das discussões relativas à democratização das comunicações. CRP-MG faz parte da Comissão Mineira Pró-Conferência de Comunicação.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou, no dia 16 de abril, o decreto que convoca a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Fruto de forte pressão dos movimentos sociais, a Confecom será realizada nos dias 1, 2 e 3 de dezembro em Brasília, contemplando também etapas municipais e estaduais. A Confecom pode ser o primeiro passo rumo à criação de um marco regulatório para as comunicações no Brasil e, também, para o tratamento da comunicação como um direito humano fundamental. Membro do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), o Sistema Conselhos de Psicologia, representado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem trabalhado principalmente na questão dos conteúdos midiáticos.

PARA CRIANÇA, NEM PENSAR

De acordo com cartilha publicada pelo CFP, as publicidades direcionadas ao público infantil podem trazer danos ao desenvolvimento psicológico de uma criança.

A publicidade pode fomentar o desejo de consumir objetos totalmente inúteis ou até inapropriados. Isso é agravado no caso de crianças de famílias pobres, caso em que a recusa dos pais pode até abalar a relação com os filhos.

A cartilha "Contribuição da Psicologia para o fim da publicidade dirigida à criança", está à disposição no sítio do CFP.

TESES DO SISTEMA CONSELHOS PARA A 1ª CONFECOM

O fim da publicidade direcionada para crianças faz parte de um conjunto de cinco teses elaboradas pelo Sistema Conselhos de Psicologia para a Confecom. A segunda tese aborda a questão da propaganda de bebidas alcoólicas e substâncias psicoativas, explicando os efeitos danosos exercidos pelo marketing deste seguimento empresarial.

A terceira tese visa à desconstrução da exploração da imagem do homem, da mulher, da criança e do adolescente na mídia, entendendo que a banalização e a padronização promovida pela mídia podem criar uma "ditadura da beleza".

Abordando e defendendo o controle social da mídia, a quarta tese destaca a necessidade de produção de conteúdos que

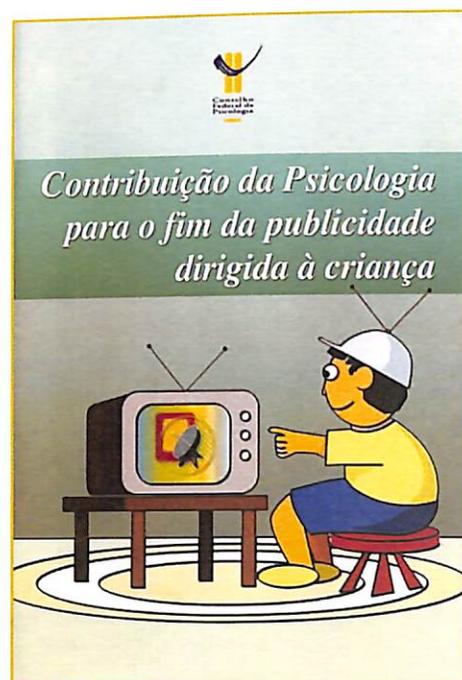
promovam a diversidade e a paz, ressaltando a importância do controle direto, pelos cidadãos, das comunicações. A quinta tese se refere à relação da mídia com o trânsito, evidenciando a problemática das propagandas de veículos que induzem a um padrão de consumo que não dialoga com as necessidades reais da sociedade e de um trânsito saudável.

"NO BRASIL, É O LOBO QUE TOMA CONTA DO GALINHEIRO"

O jornalista Artur Lobato, diretor do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, enfocou, no 2º Seminário da Comissão Mineira Pró-Conferência Nacional de Comunicação, realizado, no dia 23 de maio, na cidade de Lavras, a grande concentração dos meios de comunicação no Brasil. "A concentração dos meios de comunicação impede a pluralidade e a diversidade de opiniões. No Brasil, as concessões parecem capitânias hereditárias; elas são renovadas automaticamente", afirmou.

Perguntado sobre o controle dos meios de comunicação pela classe política - a mesma que cuida das concessões e outorgas - Lobato brincou que no Brasil "é o lobo que toma conta do galinheiro". Com efeito, estudos recentes publicados pelo Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília confirmam que cerca de 37% dos membros titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara e 47% dos titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação e Informática do Senado, que são responsáveis pela análise dos processos de outorga e concessão, são proprietários de emissoras de rádio e TV ou têm familiares controladores desses tipos de veículos de comunicação, o que contraria expressamente o texto constitucional.

Na Constituição, indica-se que deputados e senadores não poderão, desde a expedição do di-



Cartilha sobre publicidade infantil publicada pelo CFP.

Crédito: Arquivo CRP-MG

ploma, "firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes" e, desde a posse, "ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público, ou nela exercer função remunerada".

Para Lobato, já que os monopólios são cada vez maiores no país, é preciso que seja maior a força da sociedade no seu combate. A deputada Jô Moraes complementou a fala de Lobato indicando que, no Congresso, as concessões são aprovadas em bloco: "Se não se pedir vista, elas passam automaticamente".



Seminário em Lavras interioriza as discussões sobre a democratização da comunicação no Brasil.

Crédito: Gustavo Marchal

Desafios para uma profissão

Não há dúvidas de que a Psicologia seja uma profissão; mas há enormes desafios no campo do trabalho.

Segundo o sociólogo Jorge Alexandre Barbosa Neves, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, os principais critérios para se caracterizar uma profissão são o conhecimento técnico específico, a identidade profissional consistente e, em alguns casos, o controle sobre o acesso à profissão. Considerando-se esses parâmetros, a Psicologia possui todos os requisitos para se caracterizar como uma profissão e, inclusive, a sua lei de regulamentação, a Lei 4.119, também dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia.

Se não há dúvidas de que a Psicologia seja uma profissão, há, entretanto, diversos questionamentos quanto ao atual estado de suas relações e condições de trabalho. "Existem dados que apontam para o fato de que a Psicologia no Brasil é precarizada, mas precisamos investigar isso com mais profundidade", afirma Rogério de Oliveira Silva, presidente do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais. Os "fortes indícios" de precarização, na perspectiva de Rogério, são os salários baixos oferecidos nos concursos públicos, o grande número de trabalho voluntário "em posições extremamente frágeis e equivocadas" e a falta de um piso salarial. Rogério acredita que esses problemas atingem não só a Psicologia mas todas as profissões que lidam com outros seres humanos (serviço social, pedagogos, professores etc.). "Essas profissões passam por certo desinvestimento. É uma desvalorização interessada", diz.

Já para o psicólogo Marco Antônio de Azevedo, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, apenas num primeiro momento se poderia dizer que o fato de lidar com o subjetivo, com o humano, é um elemento que potencialmente desvaloriza a Psicologia atualmente. "Num mundo com uma ética econômica, com relações mercantilizadas, falar de subjetividade parece não

interessar muito." No entanto, explica Marco Antônio, "ao mesmo tempo que o psicólogo incomoda ele também é demandado". "Há uma dinâmica dialética aí", afirma o psicólogo, que também acredita que há uma precarização geral das profissões que lidam com o conhecimento.

"Mas como deixar de falar de subjetividade?", se pergunta o professor. "A subjetividade é tão concreta quanto as outras dimensões das relações humanas. Pode ser até incomodo falar do mal estar produzido por certas relações humanas, mas a subjetividade está sempre presente, faz parte da realidade também", diz.

PSICOLOGIA E CAPITALISMO?

"A Psicologia nasce, enquanto profissão, com a clareza de que é voltada para a inclusão", explica Rogério Oliveira, contrapondo o modelo que caracteriza como tutelar, no qual os "homens de bem" escolhem quando e quais direitos serão acessados pela população, ao modelo que chama de inclusivo. "A Psicologia não é uma profissão que tenha 'talento' ou 'vocação' para servir ao modelo econômico. A tentativa de colocar a Psicologia a serviço de um determinado modelo de dominação das minorias foi uma tentativa que não deu certo." Para ele, "a Psicologia deixa de ser Psicologia quando ela abre mão de trabalhar na inclusão do outro."

Para o professor Marco Antônio de Azevedo, um dos problemas da "convivência" da Psicologia com o sistema econômico vigente é que "ela não gera produtos muito concretos". Para ele, o trabalho do psicólogo é pouco visível, sendo difícil de avaliar, quantificar.

Mas como sobreviver como uma profissão preocupada com o subjetivo e voltada para a inclusão neste mundo capitalista? "É preciso que as instituições da Psicologia lutem contra qualquer tipo

de expropriação e exploração, e que elas garantam as condições para que essa profissão exerça esse papel de favorecedora da inclusão", responde Rogério Oliveira.

TRABALHO: EIXO NORTEADOR PARA A PROFISSÃO

Para Rogério, o psicólogo precisa se reconhecer e ser reconhecido como um profissional responsável pela inclusão social. "E isso não deve ser apenas um projeto profissional, corporativista", diz. "Tem que ser um projeto de sociedade, de nação". A defesa de Rogério é de que o trabalho é o centro norteador de todas as outras questões. "Não existe, hoje, outra atividade humana tão central na vida das pessoas quanto o trabalho".

Há concordância entre Rogério e Marco Antônio: "O psicólogo tem que ser um mediador da subjetividade humana no trabalho", diz o professor da PUC-Minas. Para ele, o psicólogo deve assumir-se no trabalho, qualquer trabalho, como um produtor de subjetividade. "Há uma negligência do psicólogo de não pensar a categoria trabalho como constituidora da subjetividade e a Psicologia está pagando um preço alto por isso", afirma.

"É preciso, hoje, reunirmos mais psicólogos para estudar e nos comprometermos com as questões do trabalho e da subjetividade. Precisamos de mais pesquisadores e mais estudantes", diz Marco Antônio, que considera que esses são elementos muito importantes para o avanço da Psicologia. Para o presidente do CRP-MG, os psicólogos precisam se conscientizar de que a Psicologia não será apenas importante no processo de inclusão dos cidadãos - no acesso aos direitos - mas, também, para "garantir que esses sujeitos possam viver com o que conquistaram", conclui.

ACONTECEU

CPTO discute crise do capitalismo e trabalho dos psicólogos

A Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional (CPTO) promoveu, nos dias 8 e 9 de maio, no edifício Tiradentes Tower, o seminário "A influência da crise do capitalismo no mundo do trabalho: contribuições da Psicologia". O evento reuniu, em mesas e rodas de conversa, palestrantes com especialidades em diversas áreas.

Dentre os diversos pontos que nortearam o seminário, o principal foi o papel do trabalho como centro organizador das atividades e da subjetividade humana. Para Marco Antônio de Azevedo, psicólogo e doutor em ciência da informação, que participou da mesa "A influência da crise do capitalismo no mundo do trabalho", o produto do trabalho humano está carregado de subjetividade e é necessário que momentos de crise sejam utilizados com o objetivo de "revalorizar o trabalho como fonte de produção de riqueza".

Outro ponto de destaque foi o papel do psicólogo na área de recursos humanos. A psicóloga Virgínia Maria Gherard dos Santos, gerente de recursos humanos da Unimed Belo Horizonte, informou que é preciso que os psicólogos que atuam nessa área tenham visão estratégica e saibam utilizar a linguagem dos empresários. "Profissional de recursos humanos tem que mensurar os resultados dos trabalhos desenvolvidos", apontou.

Por outro lado, a conselheira Georgina Veras Motta, que mediu a mesa "A crise e a precarização do trabalho do psicólogo", ressaltou que o psicólogo deve ter o cuidado de incorporar a linguagem dos empresários mas não necessariamente

te seus valores. Para ela, o psicólogo tem a difícil tarefa de mediar esse conflito potencial entre capital e trabalho, atuando de forma positiva e sempre considerando a centralidade do trabalho na formação da subjetividade.

Durante o evento, diversos profissionais psicólogos apontaram a necessidade de que haja maior mobilização da categoria, de forma a minorizar a precarização que vem sendo observada na profissão. Uma das explicações para esta precarização foi trazida pela antropóloga Maria das Graças Pinho, que esteve na última mesa, "A crise e a precarização do trabalho do psicólogo". Maria das Graças trouxe relatos de pesquisas que têm relacionado a feminização de profissões (a entrada cada vez maior de mulheres numa área) com sua precarização. "Apesar de as mulheres terem mais anos de escolarização e mais qualificação que os homens em geral, toda profissão que se feminiza se precariza", afirmou, indicando que isso é um efeito do preconceito que as mulheres sofrem nos ambientes de trabalho, o que se reflete, muitas das vezes, em desigualdade salarial entre homens e mulheres que executam a mesma função.

O evento teve também a participação do psicólogo e economista, Lucas Gonzaga Jr., do doutor em filosofia, José Luiz Furtado, da conselheira presidente da CPTO Diana Ferreira, da especialista em saúde pública e diretora do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Fátima Riani e da psicóloga Mônica Duarte Mattos, especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho.



Conselheiros do CRP-MG abrem evento sobre a crise do capitalismo e o trabalho do psicólogo.

Comissão de Direitos Humanos CRP-MG e diversidade sexual

O último mês de maio, em Belo Horizonte, foi palco de uma série de eventos relacionados à Luta contra a Homofobia. No CRP-MG, foi realizado, no dia 19 de maio, o Diálogos no Conselho "Homofobia: sociedade, diversidade e preconceito", mas também ocorreram audiências públicas, atos públicos e a produção de uma Carta Aberta enfatizando diversos aspectos das ações da Psicologia no campo dos direitos humanos.

Essas atividades, alusivas ao dia 17 de maio "Dia Mundial de Luta contra a Homofobia", destacaram o fato de que, muito além de atitudes de medo ou repulsa, a homofobia revela a configuração de uma estrutura maior, não individual, mas coletiva, de hierarquia e opressão que autoriza atitudes cotidianas de violência, em suas diversas formas de manifestação real e simbólica, contra as pessoas que não se apresentam conforme os padrões heterossexuais e, por vezes, ainda precisam se afirmar enquanto cidadãos. Reflexo disso são as ocorrências na Parada do Orgulho Gay de São Paulo: a explosão de uma bomba caseira e outras agressões, umas delas resultando em morte.

Atuando nesse cenário, a Psicologia - aliada aos direitos humanos - afirma a importância das diversidades, da convivência entre estas e ressalta a necessidade de se inverter certa lógica perversa de patologização e criminalização da vida e das experiências humanas.

Em 2009, fazem dez anos que o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução CFP 001/1999, que afirma que "os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados".

Para participar da reunião da Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG mande correio eletrônico para comissoes@crp04.org.br.

RESENHA

CRP-MG lança livro sobre subjetividade e sociedade

O livro, no valor de dez reais, está à disposição na sede do CRP em BH.

Idealizado pelo Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), o livro "Subjetividade(s) e sociedade: contribuições da Psicologia" divide-se em quatro seções: Clínica e Política; Estado, Violência e Ética; Mídia, Espetáculo e Sociedade de Consumo; e Trabalho na Sociedade Contemporânea. O objetivo do livro, e desses quatro recortes específicos, é disseminar saberes especializados, incentivar o estudo e a prática da produção intelectual e ser um convite à reflexão, essenciais para a transformação social.

Para atingir esses objetivos, O CRP-MG procurou selecionar uma temática instigante, diversa, atual e relevante, convidando profissionais conceituados da área para escrever os capítulos que compõem o livro: Célio Garcia, Christian Ingo Lenz Dunker, Carlos Roberto Drawin, Cecília Maria Bouças Coimbra, Eduardo Dias Gontijo e Bárbara Busch Tavares, Jacqueline de Oliveira Moreira, Conrado Ramos, Maria Elizabeth Antunes Lima, Vanessa Andrade de Barros e Raul Albino Pacheco Filho.

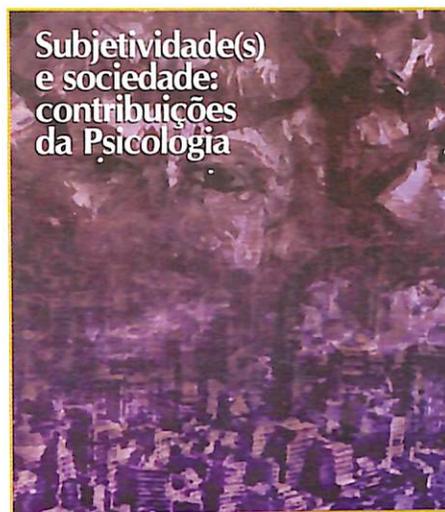
É com imensa satisfação que os organizadores de "Subjetividade(s) e sociedade" compartilham o resultado dessa jornada, certos de ter contribuído para o desenvolvimento cultural e científico de nosso País.

PARA ADQUIRIR:
Entrega por sedex:

- BH e Região Metropolitana - R\$ 12,00
- Interior de Minas - R\$13,00
- Outros Estados:
Capital - R\$17,00
Interior - 24,00

Depósito:
Caixa Econômica Federal
Agência: 094 Operação: 03
Conta Corrente: 501.601-8
Enviar comprovante de pagamento por fax: 2138-6767 ou por e-mail financeiro@crp04.org.br a/c de Ana Amélia

O livro pode ser adquirido na sede do CRP-MG em BH, rua Timbiras, 1532, 6º andar.



DICAS

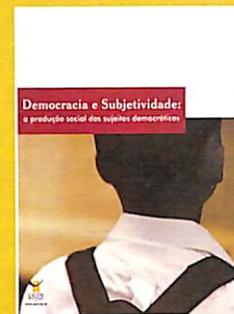
LIVROS

Título: Psicodrama Empresarial - O que, Por que, Como fazer

O livro de Thelma M. Teixeira aborda as questões empresariais sob a perspectiva da Teoria da Complexidade, buscando entender as relações entre os indivíduos e a nova realidade empresarial/organizacional, destacando a importância da utilização das técnicas de psicodrama nas relações empresariais, realizando inclusive pesquisas e experiências de casos.

Título: Democracia e Subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos

A obra discute a Democracia relacionando-a aos temas da subjetividade, a exclusão social, a família, as instituições políticas, as escolas, as relações comunitárias e o mundo do trabalho. Sob a abordagem da Psicologia, o livro tenta compreender as questões subjetivas imbricadas no processo histórico da democracia no Brasil e relacionando com aspectos históricos mundiais.



Título: Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade

Resultado do seminário "Mídia e Psicologia", realizado no Rio de Janeiro em 2007, na UFRJ, a obra relaciona os temas da Psicologia e da Comunicação Social, entre eles a questão da subjetividade, da alienação, tecnologia comunicacional, do controle social, da democratização, da educação para a mídia, da ética entre outros temas. O livro foi organizado pelo XIV Plenário do CFP.



DOCUMENTOS DE HALLEY BESSA ESTÃO DISPONÍVEIS ONLINE

Já é possível acessar online todo o acervo pessoal de documentos de Halley Bessa, um dos fundadores do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais e do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais. Dentre os documentos encontram-se atas do CRP-MG, atas de reunião de discussão do currículo para o curso de Psicologia e diversos outros. Todos os números do Jornal do Psicólogo também encontram-se disponíveis e em breve será liberado o acesso a consulta, empréstimo e renovação de todo o acervo do CDI por meio do programa Pergamum. Confira: <http://www.crpmg.org.br/hb/>

CDI

O Centro de Documentação e Informação Halley Bessa – CDI está aberto de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e de 13h às 17h. O telefone para dúvidas e informações é o (31) 3262-0091.

ARTIGO

Matar o zap

Virgílio de Mattos [1]

A etapa belo-horizontina da Conferência Nacional de Segurança Pública foi um jogo de cartas marcadas, segundo relato fidedigno ao extremo. No popular jogo de truco o ato de blefar pode ser uma estratégia de jogo, faz parte do jogo, desde que os adversários “caiam” na armadilha. Na vida real, assim como no baralho, impossível matar o zap. A carta maior do jogo, na questão da segurança pública, parece ser não a participação ampla de todos, mas a escolha pouco transparente de alguns.

Mais do mesmo, mais do pior. Sobre tudo mais do pior mesmo!

Das trinta entidades presentes notou-se a significativa ausência do Conselho Regional de Psicologia e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, apenas para citar dois importantes e indispensáveis atores desse tema. Por quê?

Afinal, perceber e perguntar os porquês é a pergunta clássica dos criminólogos.

Mesmo com divulgação precária as forças policiais e religiosas - só as mais conservadoras - da capital conseguiram um espaço significativo. O que, por si, prova o dirigismo da “divulgação” - as aspas são inevitáveis. Não tão significativo quanto aquele conseguido - para dizermos elegantemente - pelas empresas de segurança privada.

Nesse “espaço” marcado, como o baralho, as propostas aprovadas causaram certa estranheza, como “construção de presídios para menores” - embora esse brutal equívoco não seja mais cabível desde 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas vamos lá, às vezes um signo é só um signo, nem que seja na canção. Ou mesmo a estapafúrdia proposta do fim do estatuto do desarmamento. Será que entendi bem? Armar a população seria a solução? Não é exatamente o contrário?

Causou-me espécie o descompasso havido entre essa última e a Conferência

Livre (dias 6, 7 e 14 de março de 2009), preparatória da 1ª CONSEG, onde e quando se discutiram as Bases para a construção de uma Segurança Pública Cidadã, preliminar para a demais e que inaugurou em Minas o ciclo das conferências livres.

Na primeira conferência livre, preenchido o número máximo de participantes permitido pela metodologia da Conferência Nacional em cada grupo de trabalho, discutimos, com um respeito mútuo e atuar plural, construindo princípios e proposições factíveis. Éramos professores, estudantes - da graduação e de pós -, pesquisadores, familiares, amigos de pessoas em privação de liberdade e também policiais, agentes penitenciários, membros da estrutura operativa da Secretaria de Defesa Social, mas sempre em um clima de cordialidade que fez a tarefa fácil de ser cumprida.

Foi assim que consagramos, na votação geral, os três princípios elaborados e discutidos pelo Grupo de Trabalho, segundo penso os mais importantes:

1. O SISTEMA PRISIONAL DEVE SER PÚBLICO, DE QUALIDADE E ABERTO À FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE;
2. O SISTEMA PRISIONAL, SOB A ÉGIDE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, DEVE SER IMPESSOAL, TRANSPARENTE E SUBMETIDO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS;
3. POSSIBILIDADE DE ANISTIA AOS PRESOS COM SENTENÇA PENAL TRANSITADA EM JULGADO.

Assim, afastamos de vez a nefasta idéia de privatização do sistema penitenciário e ampliamos as possibilidades de exercermos o controle externo. A impessoalidade, a transparência e a submissão dos princípios constitucionais afastam a sinistra possibilidade de um ou outro despreparado arvorar-se em “dono da cadeia”, como temos o desprazer de assistirmos nos últimos anos.

O mais importante, a meu modesto juízo, foi termos assumido, coletiva e responsabilmente, a possibilidade de obtermos uma anistia ampla aos presos com sentença penal transitada em julgado e avançarmos, enfim, para um novo mundo, uma nova sociedade, uma nova possibilidade de convivência.

Na conferência belo-horizontina, essa última, só houve espaço para os agentes de contenção. Não se contemplaram os contidos.

Faz sentido. A violência é um negócio milionário. Isso mesmo: a violência pode ser alegre; para os ricos, para os exploradores de sempre, para os que lucram com ela. A reforçar minha convicção de que a maldade, em Minas, é o que mais avança.

Apesar, além e acima daqueles que investem na maldade e no lucro como força de controle, temos um pensamento teórico maduro - e na prática sólido e testado - que desafia a contenção penal como forma de controle. Que aponta, explica e multiplica a iatrogenia do cárcere e a idiotia do senso comum em apostar na contenção penal como solução para a violência nos grandes centros urbanos. Mas essa é uma “outra mão” de um mesmo jogo no qual as boas cartas são distribuídas igualmente.

[1] Professor de Criminologia da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) do Ministério da Justiça. Do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. Editor da revista VEREDAS DO DIREITO. Autor de Crime e Psiquiatria - Preliminares para a Desconstrução das Medidas de Segurança e A visibilidade do Invisível - Entre o 'Parada, polícia' e o alvará de soltura - Criminalização da pobreza e encarceramento feminino em Belo Horizonte no início do século XXI, dentre outros. Advogado criminalista.

GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES DE PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

O Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, desde 2007, tem organizado atores sociais da RMBH que, embora envolvidos com a questão prisional, nunca foram ouvidos a respeito. Em 2008, o Grupo decidiu promover uma ampla discussão sobre o tema, lançando as campanhas pela implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário em Minas, pela construção de uma APAC feminina em BH, pelo fim da revista vexatória aos visitantes dos presos e contra a privatização do sistema prisional mineiro. Mesmo tratando de demandas emergenciais, as campanhas invocam reais possibilidades de uma ainda distante ruptura com o sistema punitivo vigente, objetivo maior do Grupo.

Afinal, gostamos de baixaria na TV?

Ricardo Figueiredo Moretzsohn [1]

Os meios de comunicação social têm provocado fortes impactos sobre a produção e organização das subjetividades. A mídia, hoje, é reconhecida como mediadora de cultura, ofertando modos para a apresentação da subjetividade nas relações sociais, transmitindo um discurso sobre a realidade e impondo valores e ideais às pessoas.

Por estarem presentes em mais de 90% dos lares brasileiros, as TVs abertas constituem a mídia mais poderosa que temos. Em função disso, os conteúdos televisivos se revestem de enorme importância e preocupação por parte da sociedade. Infelizmente, vários conteúdos insistem em expor pessoas ao ridículo, estimulam a erotização precoce, abusam da exploração sensacionalista da violência, apelam para a banalização da vida sexual, transmitem preconceitos, criminalizam movimentos sociais e se utilizam de crianças de forma perversa. E crianças não devem e nem podem ser assediadas de maneira alguma, seja sexual, moral, por propaganda ou para alavancar a audiência de um canal televisivo!

No Brasil, os instrumentos legais de regulação dos conteúdos da programação televisiva ainda são precários e pouco eficazes. Isso se deve, em parte, a um lobby poderoso de representantes da radiodifusão que resiste a qualquer alteração de códigos legais que configurem perda de seus privilégios. A qualquer sinal ameaçador aos seus interesses, alardeiam que estão sendo alvo de censura!

Ora, embora as emissoras comerciais esperneiem e contra-alardeiem de que "se está querendo fazer censura" nos meios de comunicação, sabem, no expertise comercial que têm, que, após os anos de calabouço ditatorial, todos nós repugnamos esta palavra: censura.

Embora o argumento seja bem planejado, é uma falácia. O que se tem buscado não é – e não poderia jamais ser – o fantasma da censura à televisão. E neste "decifra-me ou devoro-te", podemos dizer que a palavra é controle social. O movimento cresce de um nascedouro que é a própria sociedade civil organizada, alvo das emissoras de

televisão, estas concessões públicas, mas que, em nosso país, ganham ares de empresas privadas, meramente comerciais, veiculando o que querem, da forma como querem. E ainda cometem o descabro de afirmar cinicamente que, se baixaria dá audiência, é porque o povo gosta!!!

Não, não gostamos de baixaria, não gostamos dos conteúdos perversos que vem sendo colocados dentro das nossas casas para nos impactar. O que excede captura, deixa o sujeito sem recursos para reagir. O excesso é aquilo que é demais.... Cerceia a liberdade do cidadão, é violento, pois o impede de expressar, em tempo, sua vontade. Entra sem pedir licença, invade o espaço, não lhe dá tempo de usar da capacidade racional, de dizer não; é imprevisto e o impede do uso da liberdade de se recusar a participar dessa banalização da violência, da sexualidade... E da própria vida em sociedade.

De forma mítica sabemos, nos contos de Hobbes, Rousseau, Freud, dentre alguns, do porquê de uma ordem social. A civilização é o contraponto ao estado de natureza que vem a ser o tempo da barbárie, do gozo sem limite: da violência como forma única de se conseguir responder ao perigo do estado natural para atingir um quantum de satisfação da necessidade. A civilização nos vem enquanto recurso inventado pela humanidade, após adquirir racionalidade, para enfrentar os perigos que vinham da própria natureza humana, renunciando àquilo que os aproximava do perigo, ou seja, seu gozo narcísico antes de tudo. Por isso renunciamos à barbárie, sacrificando parte de nossas pulsões e passando a respeitar a dimensão do outro enquanto semelhante. Em vez do matar ou morrer, o pacto civilizatório que regra, oferecendo a lei e civilizando as pulsões. Nesse espaço de trocas simbólicas, o respeito.

Mas a agressividade faz parte da nossa natureza. Então, como fizemos um pacto, exige-se orientar o caminho das pulsões dentro do trilho consentido pelas normas da civilidade: faremos desvios para não violentar o outro, tendo o projeto de civiliza-

ção orientando as nossas vidas. Nesse contexto, quando um programa de televisão nos mostra a cena bárbara que não deveria existir e nos prende de tal forma que não conseguimos fugir (e dá lbope!) é porque consegue, à revelia do público, nesse momento, a suspensão do recalque civilizatório. É como se, por um instante, a barbárie fosse de novo consentida: pode ser mostrada, banalizada, como expressão de uma possibilidade para a qual não há sanção. Quando as cenas apresentadas na TV banalizam o pacto social e invadem a nossa casa, provocam a manifestação dos sentidos arcaicos que, milenarmente, a humanidade empreende esforços para recalcar.

E gostamos disso? Não, não gostamos dessa baixaria. Somos capturados por ela. É diferente! Por isso paramos na frente da TV. Por isso não mudamos de canal e não é porque não há programação melhor. A banalização da violência, da sexualidade, da própria vida, ganha audiência porque nos fala de algo da nossa natureza humana que deveria estar recalçado e não estar ali, exposto num canal aberto. É preciso pôr um basta nessa compulsão pela audiência conseguida de qualquer maneira, que desrespeita o cidadão e desrespeita a civilização. O que está em jogo é o projeto de civilização que temos construído!

A Psicologia pode e deve ter papel fundamental na compreensão dos fenômenos implicados nesses impactos, na identificação de sua influência sobre a produção das subjetividades e no estabelecimento de modos a tornar a comunicação social uma ferramenta de incremento da solidariedade, liberdade, emancipação pessoal e coletiva numa sociedade. Afinal, um outro mundo é possível!

[1] Psicólogo, Coordenador da Campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania" da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Foi membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Ex-Presidente do CRP-MG e do Conselho Federal de Psicologia.

FATOS E PERSONAGENS

Helena Antipoff: uma vida dedicada à Educação

Helena Wladimirna Antipoff nasceu em Grodno, na Rússia, em 1892, e, assim como sua mãe, era filha de um oficial militar do exército russo. Desde criança, foi muito ligada à música clássica, tendo aprendido canto e piano com sua mãe. Seu ensino primário também foi feito em casa, juntamente com a irmã, até completar 10 anos, quando ingressou no ensino coletivo.

ANTIPOFF E A PSICOLOGIA

Em 1909 Antipoff logrou seu diploma do Curso Normal, em São Petersburgo, Rússia, se transferindo para Paris em 1910, onde estudou durante dois anos na Université Sorbonne, obtendo seu diploma de bacharelado em Ciências. Ali assistiu palestras de Pierre Janet, psicólogo e neurologista francês, e Henri Bergson, filósofo e diplomata francês. Desde então, orientada por Théodore Simon, estagiou no Laboratório Binet-Simon, onde fez experimentos para avaliar a capacidade intelectual de crianças em idade escolar.

Ainda na França, foi convidada pelo neurologista e psicólogo do desenvolvimento infantil Édouard Claparède a estudar no Instituto Jean-Jacques Rousseau – IJJR, em Genebra, na Suíça, onde se tornou psicóloga e se especializou em Psicologia Educacional.

Antipoff retornou à Rússia em 1916, por ocasião de um ferimento sofrido por seu pai em combate na Primeira Guerra Mundial. Ali, assistiu à eclosão da Revolução Russa de 1917 e, entre 1919 e 1924, trabalhou na Estação Médico-Pedagógica de Petrogrado e Viatka. Seu trabalho era voltado para a reeducação de crianças que haviam perdido suas famílias durante a guerra.

Em 1921, Helena trabalhou como colaboradora científica no Laboratório de Psicologia Experimental de Petrogrado, tendo pesquisado sobre a influência da guerra no desenvolvimento mental de crianças em idade pré-escolar, dando prosseguimento ao trabalho iniciado com Claparède. Filiada ao pensamento de Claparède, publicou artigos em revistas especializadas em Psicologia, na Suíça, realizando abordagens funcionalistas e interacionistas, com influências da abordagem sócio-histórica russa. A partir deste momento, o Método da Experimentação Natural, utilizado por Antipoff na avaliação do desenvolvimento cognitivo, foi amplamente

divulgado em publicações ligadas à Psicologia e a Educação.

A VINDA PARA MINAS GERAIS

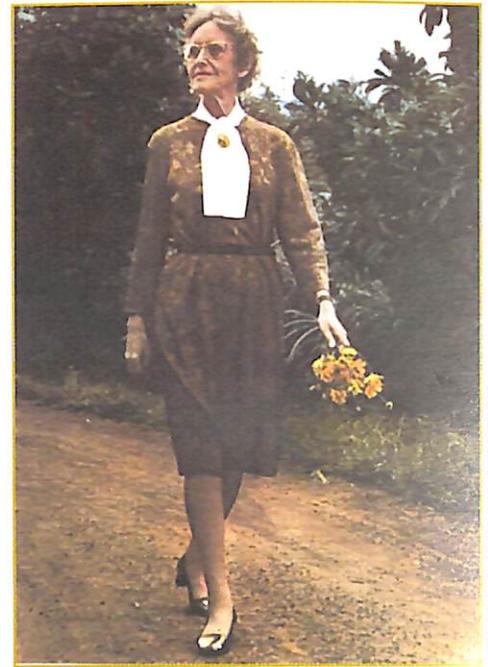
Em 1929, a convite do governo do Estado de Minas Gerais, Helena veio atuar como professora de Psicologia. Em seu laboratório, desenvolveu com suas alunas um programa de pesquisa sobre o desenvolvimento mental, os ideais e os interesses das crianças mineiras. Desde então, Helena elaborou reflexões acerca da relação entre o meio sócioeconômico e o desenvolvimento mental. Além disso, estimulou e fomentou programas para a reeducação de crianças excepcionais, pautados na ideia da “educação compensatória”.

Fundou a Sociedade Pestalozzi em 1932 junto a um grupo de médicos, educadores e religiosos, onde cuidavam de crianças excepcionais e preparavam os professores para as classes especiais nas escolas públicas. Antipoff foi professora fundadora da cadeira de Psicologia Educacional na UMG (atual UFMG), lecionando para os cursos de Didática e Pedagogia. Oito anos adiante, à frente da Sociedade Pestalozzi, instalou a Escola da Fazenda do Rosário no município de Ibirité, proporcionando um ambiente saudável para a educação de crianças excepcionais ou abandonadas, inaugurando um trabalho singular, que realizaria até o fim de sua vida.

A IDA PARA O RIO DE JANEIRO

Helena residiu no Rio de Janeiro no período de 1944 a 1949, quando trabalhou para o Ministério da Criança e da Sociedade Pestalozzi no Brasil, lançando o COJ, Centro de Orientação Juvenil, que promovia o atendimento a adolescentes com problemas de conduta. Retorna a Minas no início da década de 50 para lecionar na UMG e obtém, um ano depois, sua cidadania brasileira definitiva. Em 1956, Helena promoveu, junto ao psicólogo genebrino André Rey, especialista em exames neurológicos em crianças e adultos, um curso que iria dar origem à então nascente Sociedade Mineira de Psicologia. Paralelamente, Antipoff elaborou o teste “Minhas Mãos” (ou “MM”), instrumento de diagnóstico da estrutura da personalidade a partir da análise de conteúdo de uma redação que deveria ter como tema “Minhas Mãos”.

No dia 9 de agosto de 1974, fale-



Helena Antipoff foi responsável pela elaboração do teste MM “Minhas Mãos”, instrumento de diagnóstico da estrutura da personalidade.

ceu Helena Wladimirna Antipoff, em Ibirité. A Fundação Helena Antipoff publica em 1992 a *Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff*, com introdução de Daniel Antipoff, único filho de Helena. Foi transformada em Professora Emérita da FAE-UFMG, em 1972, e Cidadã Honorária de Minas Gerais e Belo Horizonte, em 1962 e 1968 respectivamente.



Rua Timbiras, 1532, 6º andar
Lourdes - CEP: 30140-061
Belo Horizonte - Minas Gerais